

CLÁUSULA 61ª: MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas deverão adotar medidas de proteção prioritariamente de ordem coletiva, em relação as condições de trabalho, segurança e saúde do trabalhador, de acordo com a legislação vigente e normas regulamentadoras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A respectiva entidade sindical representativa da categoria profissional – SIND. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, notificará a empresa das queixas fundamentadas por seus empregados, em relação as condições de trabalho, segurança e saúde e caso não atendam o disposto em Lei, poderão responder por interposição de ajuizamento de demandas trabalhistas cabíveis a cada caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No prazo de 30 (trinta) dias, a empresa responderá a respectiva entidade sindical representativa da categoria profissional, por escrito, informando os resultados dos levantamentos efetuados, especificando as medidas de proteção adotadas ou as que serão adotadas e em que prazo. No caso de situações de emergência ou risco grave ou iminente, o prazo será de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Antes do início das atividades do empregado contratado, deverá a empresa proceder a treinamento com o equipamento de proteção adequado, orientar os funcionários sobre as áreas perigosas e insalubres, bem como informar sobre os riscos de eventuais agentes agressivos de seu posto de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO –O empregador deve elaborar e implementar Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com materiais perfuro cortantes (Portaria 1.748/2011).

PARÁGRAFO QUINTO – As empresas que produzem ou comercializam materiais perfuro cortantes devem disponibilizar para os empregados dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança.

PARÁGRAFO SEXTO – O empregador deve elaborar e implantar o Plano de Prevenção de Riscos de Acidente com materiais perfura cortantes, conforme Portaria mencionada.